

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS, FAMILIARES E DOENTES MENTAIS DE LONDRINA - AFDM – LONDRINA

31 de Dezembro de 2024



**Associação de Amigos, Familiares
e Doentes Mentais de Londrina**

Maringá, 05 de maio de 2025.

Ilmo. Sr.

PRESIDENTE da

**ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS, FAMILIARES E DOENTES MENTAIS DE LONDRINA - AFDM
– LONDRINA**

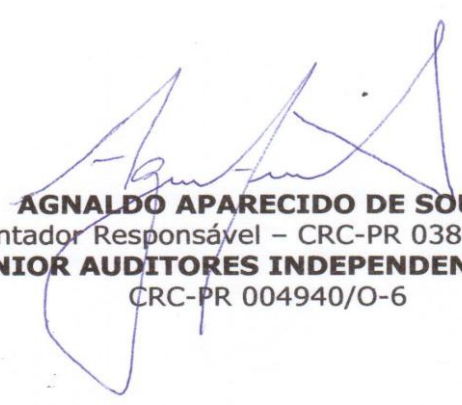
Londrina – Paraná.

Prezados Senhores,

Encaminhamos, por intermédio da presente, para apreciação e análise de Vs. Sas. **Relatório dos Auditores Independentes**, sobre as demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2024.

Colocamo-nos à disposição de Vs. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente,



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

**ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS, FAMILIARES E DOENTES MENTAIS DE LONDRINA - AFDM
– LONDRINA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes.....	4 a 8
Balanço Patrimonial.....	9
Demonstração de Resultado.....	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	11
Demonstração dos Fluxos de Caixas (Método Indireto).....	12
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	13 a 27

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Ilmo. Sr.

PRESIDENTE da

**ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS, FAMILIARES E DOENTES MENTAIS DE LONDRINA - AFDM
– LONDRINA**

Londrina – Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS, FAMILIARES E DOENTES MENTAIS DE LONDRINA - AFDM – LONDRINA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas, para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS, FAMILIARES E DOENTES MENTAIS DE LONDRINA - AFDM – LONDRINA** em 31 de dezembro de 2024, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixas referentes ao exercício findo naquelas datas, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, aplicáveis às Sociedades Sem Fins Lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

a) Apuração do Resultado (Reconhecimento de receita - Nota 3, a)

A receita com serviços prestados é reconhecida cumprindo as determinações do CPC 47, que trata do reconhecimento das receitas. A determinação do momento e do valor de reconhecimento da receita envolve análise criteriosa das condições comerciais. A receita é um importante indicador de “performance” da entidade e de sua Administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes da transferência dos riscos e benefícios, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício (“corte de serviços”).

Por essas razões, consideramos o reconhecimento de receita de serviços como um dos principais assuntos de auditoria.

b) Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Consideramos a adequação da política de reconhecimento de receita de serviços da entidade. Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chaves da entidade relacionados ao reconhecimento de receita. Avaliamos, para uma amostra de serviços registrados durante o exercício, se as receitas foram reconhecidas com base em documentação suporte, no valor e no período de competência adequado. Em especial, avaliamos os serviços registrados no período de corte ao final do exercício. Avaliamos o comportamento mensal da receita de serviços, atentando para eventuais desvios não usuais. Avaliamos também a adequação das divulgações da entidade, especificamente em relação às políticas contábeis adotadas para reconhecimento de receita. Com base no resultado dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o reconhecimento da receita de serviços adotados pela entidade, no contexto das demonstrações financeiras individuais.

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros assuntos – Demonstrações contábeis do exercício anterior

Os valores individuais, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findado em 31 de dezembro de 2023, utilizado para fins de comparabilidade foram por nós auditadas, sendo que emitimos em 05 de agosto de 2024 relatório de auditoria sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria

contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam

as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

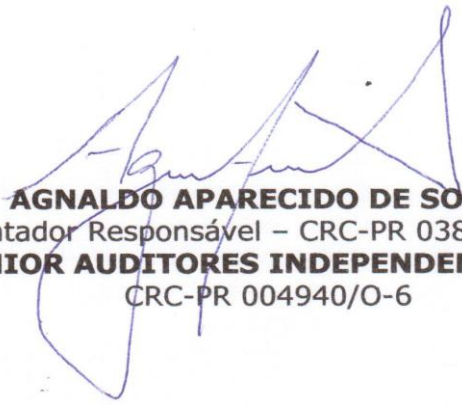
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da empresa para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá – Pr, 05 de maio de 2025.



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais de Londrina - AFDM

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais mil)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	04	3.019	3.985	Fornecedores	10	361	420
Contas a receber de convênios	05	30	106	Obrigações tributárias	11	58	143
Estoques	06	132	175	Obrigações sociais e trabalhistas	12	1.508	1.633
Adiantamentos	07	65	46	Outras contas a pagar	13	189	181
Tributos a recuperar	08	623	623	Total do passivo circulante		2.116	2.377
Total do ativo circulante		3.869	4.935				
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	09	1.243	1.187	Empréstimos e financiamentos		-	28
Total do ativo não circulante		1.243	1.187	Provisões para contingências	14	815	88
				Total do passivo não circulante		815	116
				Total do passivo		2.931	2.493
				Patrimônio social			
				Patrimônio social	15	3.717	2.754
				Déficit/superavit do exercício		(1.536)	875
				Total do patrimônio social		2.181	3.629
Total do Ativo		5.112	6.122	Total do passivo e patrimônio líquido		5.112	6.122

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais de Londrina - AFDM

Demonstração do resultado do exercício

Em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais mil)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	16	20.928	20.736
Custo dos serviços prestados	17	(13.434)	(12.396)
Lucro bruto		7.494	8.340
Despesas com infraestrutura		(1.241)	(1.017)
Despesas administrativas		(2.811)	(4.066)
Outras receitas e despesas operacionais		(5.016)	(2.434)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(1.574)	823
Receitas financeiras		52	164
Despesas financeiras		(14)	(112)
Receitas (despesas) financeiras	18	38	52
Déficit/superávit do exercício		(1.536)	875

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais de Londrina - AFDM
Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais mil)

Descrição	Patrimônio social	Superavit do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3	-	3
Incorporação de outra entidade	(1.235)	-	(1.235)
Superávit do exercício	-	329	329
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.232)	329	(903)
Ajustes de exercícios anteriores	198	-	198
Transf. p/ patrimônio social	329	(329)	-
Superávit do exercício	-	145	145
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(705)	145	(560)
Ajustes de exercícios anteriores	448	-	448
Transf. p/ patrimônio social	145	(145)	-
Superávit do exercício	-	2.527	2.527
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(112)	2.527	2.415
Ajustes de exercícios anteriores	339	-	339
Transf. p/ patrimônio social	2.527	(2.527)	-
Superávit do exercício	-	875	875
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.754	875	3.629
Ajustes de exercícios anteriores	88	-	88
Transf. p/ patrimônio social	875	(875)	-
Déficit do exercício	-	(1.536)	(1.536)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.717	(1.536)	2.181

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais de Londrina - AFDM

Demonstração dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais mil)

	2024	2023
Superávit do exercício	(1.536)	875
(+) Depreciações/amortizações	22	181
Variações nos ativos e passivos		
Redução/aumento do contas a receber de convênio	76	(61)
Redução/aumento dos estoques	43	(12)
Aumento/redução dos adiantamentos	(19)	23
Aumento dos tributos a recuperar	-	(339)
Redução/aumento dos fornecedores	(59)	101
Redução das obrigações tributárias	(85)	(76)
Redução/aumento das obrigações sociais e trabalhistas	(125)	327
Aumento das contas a pagar	8	11
Aumento das provisões para contingências	727	-
Caixa tomado/gerado pelas atividades operacionais	(948)	1.030
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Aumento do imobilizado	(78)	(136)
Caixa líquido tomado pelas atividades de investimento	(78)	(136)
Fluxos de caixas líquidos das atividades de financiamento		
Redução dos empréstimos e financiamentos	(28)	(170)
Ajuste de exercícios anteriores	88	339
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	60	169
Redução/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(966)	1.063
Caixa e equivalente de caixa no início do período	3.985	2.922
Caixa e equivalente de caixa no final do período	3.019	3.985

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS, FAMILIARES E DOENTES MENTAIS DE LONDRINA - AFDM
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais mil)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais de Londrina - AFDM** é uma organização integrada por parentes, amigos e portadores de doença mental.

Fundada em 1998, tem como missão defender a assistência permanente, científica, de qualidade, com humanidade e respeito aos doentes mentais para que exerçam e tenham respeitados os seus direitos de cidadania plena, garantindo-lhes vida com liberdade e dignidade.

OBJETIVOS DA ASSOCIAÇÃO

- Apoiar integralmente todas as medidas que tenham por finalidade diminuir a sobrecarga dos familiares e aumentar os cuidados aos doentes mentais.
- Encarar a doença mental como um fato científico, evitando charlatanismos, combatendo as teorias que responsabilizam a família como a causadora dos distúrbios e aquelas outras que simplesmente negam a existência da doença mental.
- Lutar por uma assistência digna e pela oferta de todos os dispositivos de saúde mental necessários para o imediato restabelecimento dos pacientes;
- Apoiar todas as iniciativas que viabilizem a expansão dos serviços assistenciais complementares, tais como: ambulatório, hospital-dia e outros, além da distribuição gratuita de todos os medicamentos que a comunidade científica reconhecer como benéficos no tratamento das doenças mentais;
- Incentivar todas as iniciativas que tenham por objetivo facilitar a reinserção social do paciente;
- Combater toda e qualquer forma de preconceito em relação ao doente mental e seus cuidadores;
- Denunciar e cobrir casos de maus tratos, exploração ou qualquer outra forma de violência física e de desrespeito à cidadania aos pacientes;

- Atuar junto aos meios de comunicação com o objetivo de esclarecer a população sobre a natureza e o tratamento da doença mental, assim como as necessidades e dificuldade enfrentadas pelos familiares e cuidadores;
- Atuar junto aos profissionais de saúde para que os familiares e cuidadores sejam encarados como parceiros ativos dentro do processo terapêutico;

02 – POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Não há mudanças nas operações da Entidade, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Empresa ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 05 de maio de 2025.

2.2. BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais que é a moeda de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos não circulantes e instrumentos financeiros, que são apresentados pelo valor justo.

03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil da competência.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

b) Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

A Entidade revisa estas premissas e estimativas semestralmente.

Segue abaixo os assuntos objeto de estimativa pela Empresa:

- Ajuste ao valor justo de ativos e passivos;
- Vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida;
- Perdas com créditos de liquidação duvidosa;

- Provisão para contingências (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis); e
- Ajuste a valor presente.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da empresa, exceto quando indicado de outra forma.

e) Ativos circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, ou seja, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

- **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e ajustado ao valor presente quando aplicável e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustado ao seu valor presente, em conformidade com o CPC 12.

- **Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperáveis (impairment) acumuladas.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear o resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Terras e terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 a Associação não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

- **Redução ao valor recuperável**

Os ativos imobilizados têm o seu valor recuperável testado por ocasião do levantamento das demonstrações financeiras, caso haja indicadores de perda de valor.

- **Demais ativos circulante e não circulante**

São apresentados ao valor líquido de realização.

f) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

g) Fornecedores

São inicialmente reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

h) Empréstimos e financiamentos

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

j) Incentivos Fiscais

A entidade não possui incentivos fiscais.

k) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme abaixo:

Conta	2024	2023
Caixa	1	4
Bancos conta movimento	692	193
Aplicações financeiras	2.326	3.788
Total	3.019	3.985

A Associação dispõe de uma política corporativa para o gerenciamento de caixa e equivalentes de caixa que estabelece as diretrizes, procedimentos e

responsabilidades nas tomadas de decisão em conformidade ao plano estratégico e às boas práticas administrativas.

Essa política permite à alta administração identificar o comprometimento do capital, bem como, visa garantir:

- ❖ Liquidez da Entidade;
- ❖ Minimização do risco financeiro; e
- ❖ Adequado retorno do capital investido.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A empresa não efetua aplicações financeiras de caráter especulativo, em derivativos, ações ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Bancos conta movimento

O saldo bancário de R\$ 692 mil (R\$ 193 mil em 31/12/2023) refere-se a recursos financeiros mantidos em conta corrente junto aos seguintes bancos:

Conta	Agência/Conta	2024	2023
Banco do Brasil	27553/338567-1	56	-
Banco do Brasil	27553/338597-3	124	155
Banco do Brasil	27553/338697-X	31	19
Banco do Brasil	27553/38597-2	245	11
Banco do Brasil	27553/38697-9	231	4
Banco do Brasil	27553/448597-1	1	-
PagBank	1/15812195-4	4	4
Total		692	193

b) Aplicações Financeiras

A composição na data base era a seguinte:

Conta	Aplicação	Rendimento	2024	2023
Banco do Brasil	BB CDB DI	94% e 92% do CDI	2.326	3.788
Total			2.326	3.788

A aplicação financeira em CDB – certificados de depósitos bancários, estava contratada pela variação do CDI – certificado de depósito interbancário e aplicação auto mais.

Os rendimentos pactuados estavam provisionados até a data base das demonstrações financeiras.

05 – CONTAS A RECEBER DE CONVÊNIOS

A composição do contas a receber de convênios era a seguinte:

Convênios	2024	2023
Irmandade Santa Casa de Londrina	30	106
Total	30	106

Os valores constavam líquidos daqueles sem possibilidade de recebimento.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

06 – ESTOQUE

A composição dos estoques era a seguinte:

Estoques	2024	2023
Medicamentos	118	143
Materiais de consumo hospitalar	14	32
Total	132	175

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

07 – ADIANTAMENTOS

A composição da conta na data base era a seguinte:

Conta	2024	2023
Adiantamento de salários	11	13
Adiantamento de férias	51	30
Adiantamento a fornecedores	3	3
Total	65	46

08 – TRIBUTOS A RECUPERAR

A composição da conta na data base era a seguinte:

Conta	2024	2023
ISSQN sobre serviços prestados	464	464
IRPJ sobre serviços prestados	158	158
PIS/COFINS/CSLL s/ serviços prestados	1	1
Total	623	623

09 – IMOBILIZADO

O imobilizado totalizava R\$ 1.243 mil (R\$ 1.187 mil em 31/12/2023) e estava assim composto:

Conta	2024	2023
Veículos	339	339
Equipamentos de informática	96	81
Equipamentos e utensílios hospitalares	329	314
Equipamentos e utensílios ambulatoriais	18	18
Mobiliários	686	638
Mobiliário ambulatorio	9	9
Instalações ambulatorio	114	114
(-) Depreciação Acumulada	(348)	(326)
Total	1.243	1.187

A evolução do ativo imobilizado em 2024 foi a seguinte:

Bem	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Veículos	339	-	-	-	339
Equipamentos de informática	81	15	-	-	96
Equipamentos e utensílios hospitalares	314	15	-	-	329
Equipamentos e utensílios ambulatoriais	18	-	-	-	18
Mobiliários	638	48	-	-	686
Mobiliário ambulatorio	9	-	-	-	9
Instalações ambulatorio	114	-	-	-	114
(-) Depreciação Acumulada	(326)	-	-	(22)	(348)
Total	1.187	78	-	(22)	1.243

10 – FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. No ano de 2024 o valor a pagar totalizava R\$ 361 mil (R\$ 420 mil em 31/12/2023).

11 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias a recolher estão demonstradas a seguir:

Conta	2024	2023
Refis lei 11941 - Villa	-	117
Retenção INSS s/ serviços tomados	8	11
PIS/ COFINS/ CSLL s/ serviços tomados	37	3
IRRF s/ RPA	1	1
IRPJ s/ serviços tomados	3	1
ISSQN s/ serviços tomados	9	10
Total	58	143

Se o prazo de pagamento dos parcelamentos é equivalente a um ano ou menos, estão classificados no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentados no passivo não circulante.

12 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

As obrigações sociais e trabalhistas estavam assim compostas:

Conta	2024	2023
Salários a pagar	627	615
Rescisões a pagar	-	6
Contribuição ao INSS a recolher	71	44
FGTS a recolher	74	77
FGTS parcelamento	-	47
Multa CLT parcelada	-	5
Provisões de férias e encargos	728	786
Outras obrigações	8	53
Total	1.508	1.633

Os salários a pagar referem-se à competência de dezembro de 2024 que foram pagos no início de janeiro de 2025.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Associação não possui benefício pós-emprego que caracterize passivo atuarial.

Se o prazo de pagamento dos parcelamentos é equivalente há um ano ou menos, estão classificados no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentados no passivo não circulante.

13 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição da conta está a seguir evidenciada:

Conta	2024	2023
Aluguel comercial - Hospital Vida	114	107
Aluguel instalações - Hospital Vida	30	29
Aluguel comercial - Hospital Nova Vida	37	35
Aluguel instalações - Hospital Nova Vida	8	8
Convênios	-	2
Total	189	181

14 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade possui processos trabalhistas e cíveis em andamento e fase de defesa que envolve responsabilidades contingenciais. A administração da Entidade baseada na opinião de sua consultora jurídica constituiu provisão para contingências em 31/12/2024 para aquelas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A composição da conta está demonstrada a seguir:

Contingências	2024	2023
Cíveis	81	-
Trabalhistas	734	88
Total	815	88

15 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio líquido social é composto pelo Patrimônio Social, acrescido do superávit e déficit acumulados nos exercícios, destinado, conforme estatuto social, à manutenção dos objetivos da instituição.

16 – RECEITAS OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

Receita	2024	2023
Receita operacional bruta	20.928	20.736
Doações	-	9
Atendimento Hospitalar Sus	15.641	16.275
Atendimento Hospitalar plano de saúde	2.546	2.106
Atendimento particulares	158	80
Subvenções vinculadas	2.583	1.884
Nota fiscal Paraná	-	6
Receitas de cursos administrativos	-	376
Receita operacional líquida	20.928	20.736

17 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos dos serviços prestados em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

Custos dos Serviços Prestados	2024	2023
Salários e ordenados	(6.782)	(6.205)
Décimo terceiro salário	(589)	(543)
Férias pagas e provisionadas	(778)	(762)
Honorários direção administrativa	(18)	(156)
Honorários médicos pessoa jurídica	(1.870)	(1.305)
FGTS recolhido e provisionado	(689)	(650)
Outros custos prestação de serviços	(2.708)	(2.775)
Total	(13.434)	(12.396)

18 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

O resultado financeiro líquido da entidade foi o seguinte:

Despesas Financeiras	2024	2023
Juros e acréscimos legais pagos	(7)	(105)
Despesa bancária	(7)	(7)
Total	(14)	(112)

Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	52	164
Total	52	164
Financeiras líquidas	38	52

19 – CONTIGÊNCIAS PASSIVAS

A Administração da associação, suportada pela opinião de sua assessoria jurídica, avaliou a possibilidade de ocorrência de contingências passivas da seguinte forma:

a) Tributária

A associação não possui contingências passivas de natureza tributária na data das demonstrações financeiras.

Toda dívida tributária está registrada contabilmente.

b) Trabalhista

As contingências passivas avaliadas com probabilidade provável de perda estão reconhecidas contabilmente na data das demonstrações contábeis.

c) Civil, comercial e outras

A associação não possui contingências passivas de natureza civil, comercial e outras na data das demonstrações financeiras.

De acordo com o CPC 25 que trata das Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes a contabilização das contingências segue as seguintes premissas:

- ✓ **Provável:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza que a empresa irá perder, tendo prejuízo financeiro e contabilização a ser realizada;
- ✓ **Possível:** a assessoria jurídica julga com mesmo grau de possibilidade a perda ou ganho por parte da empresa, ou seja, há grande incerteza não havendo contabilização a ser realizada;
- ✓ **Remota:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza o ganho por parte da empresa, não havendo contabilização a ser realizada.

As referidas premissas foram avaliadas e constam adequadamente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

20 – CUMPRIMENTO DA LEI Nº 12.101

A Associação cumpriu adequadamente no exercício social de 2024 as determinações da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, as quais destacamos:

- Celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS; [Redação dada pela Lei nº 12.868, de 2013](#);
- Ofertar a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento);
- Não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; [Redação dada pela Lei nº 13.151, de 2015](#);
- Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- Apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- Mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;

- Apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
